Trabalho apresentado no 24º CBCENF

Título: FATORES ASSOCIADOS À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA INSTITUCIONAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Relatoria: Amanda de Alencar Pereira Gomes
Jéssica dos Santos Simões
Autores: Renara Meira Gomes
Vanda Palmarella Rodrigues

Modalidade: Comunicação coordenada
Área: Dimensão ético política nas práticas profissionais
Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: A violência obstétrica faz-se presente em todas as etapas do parto, através de assistências profissionais pautadas no desrespeito e desumanização. Objetivo: Descrever os fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional. Método: Trata-se de revisão integrativa da literatura que utilizou a estratégia PICo (Participante, fenômeno de pesquisa e contexto) para realizar as buscas dos estudos nas bases de dados selecionadas. Com isso, foi elaborada a questão de pesquisa: quais os fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional em mulheres durante o processo do parto? A seleção dos artigos foi realizada em junho de 2022 na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) através dos descritores pertencentes ao DeCS: violência contra a mulher, violência obstétrica, gestantes, mulheres e maternidades e seus respectivos sinônimos e no PubMed, com descritores pertencentes ao MESH: violence, pregnant women e hospitals, maternity. Utilizaram-se operadores booleanos AND e OR. Como critérios de inclusão selecionaram-se estudos publicados na modalidade artigo, entre os anos de 2017 e 2022, nos idiomas português, inglês e espanhol e que abordassem o objetivo do estudo. Os critérios de exclusão adotados foram: artigos duplicados e outros tipos de documentos, resultando em 43 artigos. Após a utilização dos filtros esse número foi reduzido para 26 artigos. Foi realizada a leitura e análise dos resumos e resultados de oito artigos, e destes, selecionaram-se sete artigos para compor esta revisão. Resultados: Os principais fatores associados à ocorrência da violência obstétrica são o desconhecimento desse fenômeno por parte das gestantes, além de assistências profissionais centradas no tecnicismo, com utilização de práticas sem recomendações clínicas e que não respeitam o protagonismo da mulher. A anulação de direitos, como a presença do acompanhante na sala de parto, que pode ser um fator primordial para sinalizar situações que não condizem com os desejos da parturiente e os déficits estruturais das instituições de saúde, com condições precárias de serviço, cargas horárias de trabalho extenuantes e despreparo para receber as gestantes, também foram sinalizados nos estudos. Conclusão: Medidas como a realização de ações educativas para as gestantes durante o pré-natal e capacitações profissionais para efetivar a humanização do cuidado podem contribuir para minimizar esses fatores.